

# A separação entre o *econômico* e o *político* e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood\*

DARLAN MONTENEGRO\*\*

## Em busca da centralidade da *política*

A obra de Ellen Meiksins Wood é atravessada por uma preocupação fundamental, que se repete em diversos de seus trabalhos. Trata-se do tema da relevância da política como instrumento de dominação social e do lugar dos conflitos especificamente políticos nos processos de transição entre os diferentes modos de produção e de dominação de classe e, eventualmente, na superação dessa dominação. A questão está presente em trabalhos dedicados a temas tão distintos como a história social do pensamento político – como nos casos de *Citizens to Lords* (Wood, 2008) e do livro escrito em parceria com Neal Wood, *A Trumpet of Sedition* (Wood; Wood, 1997) – ou ao processo de formação do capitalismo, no caso de *As origens do capitalismo* (Wood, 2001). Além disso, aparece de forma nítida na coletânea de artigos *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico* (Wood, 2003), trabalho em que a autora “costura” diversos aspectos de sua reflexão, demonstrando grande coerência quanto aos temas abordados e aos pontos de vista defendidos, a despeito de sua variedade temática.

Assim, seja no estudo das instituições políticas da Atenas clássica (e da filosofia política que a elas se opõe, em *Democracia contra capitalismo* e *Citizens to*

---

\* Este artigo é uma versão modificada e ampliada de trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Marxismo e Ciências Sociais do 35º Encontro Anual da Anpocs, em outubro de 2011. Agradeço as sugestões do parecerista anônimo que o avaliou. A responsabilidade pelas ideias aqui defendidas e pelos eventuais erros e imprecisões que persistam é inteiramente minha.

\*\* Professor adjunto de Teoria Política da UFRRJ.

*Lords*), seja na discussão sobre os “novos” movimentos sociais, marcados por sua orientação “identitária” (também em *Democracia contra capitalismo*), a autora lida, fundamentalmente, com os mesmos problemas: qual é o lugar da *política* (ou, mais precisamente, do *poder político*) na constituição dos mecanismos de dominação de classe? Qual deve ser o seu papel na superação de tais mecanismos? Em ambos os casos, a resposta é, por um lado, que a política ocupa um lugar central e, por outro, que esse papel encontra-se eclipsado, pela força da hegemonia ideológica burguesa na sociedade como um todo ou pelo prolongamento dessa mesma hegemonia no que tange à orientação política de grandes parcelas dos movimentos e organizações vinculados à esquerda contemporânea.

Ao lidar com esses temas, a autora trava um combate em três frentes. As duas primeiras correspondem ao esforço de Wood no sentido de contribuir para o enfrentamento da hegemonia ideológica liberal que se reforçou nas últimas décadas do século XX. Trata-se, em primeiro lugar, de contrarrestar, do ponto de vista teórico e ideológico, a aparente/real separação das esferas econômica e política que se encontra no núcleo da dominação burguesa e da ideologia liberal que lhe dá sustentação. Em segundo lugar, é preciso enfrentar a lógica particularista que se instalou entre os movimentos sociais e o pensamento de esquerda contemporâneos que, ao se recusarem a enfrentar o capitalismo em seu conjunto, aceitam a ilusão de fragmentação que caracteriza a dominação burguesa. A terceira frente corresponde aos aspectos da própria tradição marxista que a autora qualifica como vinculados mais à visão de mundo burguesa do que ao radical esforço crítico típico das análises marxianas acerca da *economia política*. Enfrentar a batalha nessas três frentes significa, ao mesmo tempo, retomar o espírito crítico do marxismo e superar todas as heranças deterministas, compreender o caráter central da luta política para a superação do capitalismo e deixar para trás os elementos particularistas da luta social e política contemporânea. Esse seria o caminho necessário para enfrentar um sistema de dominação que, por um lado, tem o caráter mais abrangente (ou melhor, *totalizante*) que já se conheceu, e que, por outro, não é o resultado do encontro da humanidade com seu destino *histórico*, mas sim fruto de longas lutas sociais e políticas.

Em *A origem do capitalismo*, Wood afirma existirem “duas narrativas” na abordagem de Marx sobre a transição para o capitalismo, que podem ser entendidas como duas concepções distintas do devir histórico. A primeira, que estaria presente em *A ideologia alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*, reproduziria, em termos gerais, a interpretação burguesa, assentada na ideia de que o capitalismo constitui uma realização inevitável do processo de desenvolvimento das forças produtivas (ou, na versão burguesa predominante, da *racionalidade econômica*). Uma segunda visão (ou, como afirma a autora, os *fundamentos* de uma segunda visão) poderia ser encontrada nos *Grundrisse* e em *O capital*.

Reproduzimos as duas narrativas marxianas, conforme as palavras da autora:

Uma delas é muito semelhante ao modelo convencional, no qual a história é uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, com um processo transistórico de avanço tecnológico e com o papel principal atribuído às classes burguesas, que teriam dado origem ao capitalismo pelo simples fato de serem libertas do jugo feudal. Na verdade, o capitalismo já existiria no feudalismo, de certo modo – nos “interstícios do feudalismo”, para usar as palavras de Marx – e entraria na corrente principal da história ao “romper” os grilhões desse sistema. É essa, basicamente, a narrativa de alguns de seus primeiros textos, como *A ideologia alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*. E é ela a narrativa que está ao menos implícita nas ideias marxistas tradicionais da “revolução burguesa”. Mas há uma outra versão, ou pelo menos seus fundamentos, nos *Elementos de crítica à economia política* e n’*O capital*, que tem mais a ver com a mudança das relações de propriedade, especialmente na zona rural inglesa: a expropriação dos produtores diretos que deu origem a uma nova forma de exploração e a novas “leis de movimento” sistêmicas. Os mais importantes textos históricos marxistas desde então têm-se apoiado nesses alicerces. (Wood, 2001, p.36-37)

Ao defender esse mesmo ponto de vista em *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism* (Wood, 1981),<sup>1</sup> a autora afirma que, na estrutura do livro um de *O capital*, o capítulo sobre a *acumulação primitiva* ocupa um lugar estratégico em termos interpretativos, na medida em que, após ser levada a cabo a descrição dos aspectos fundamentais da *mercadoria*, Marx teria se ocupado de explicar o processo através do qual as relações mercantis se tornaram predominantes na Inglaterra. Para Wood, a ênfase na descrição histórico-concreta das lutas de classe entre senhores e camponeses em torno dos cercamentos, decidida no momento especificamente político da Revolução Burguesa, evidenciaria a preocupação do Marx maduro com o caráter “aberto” do devir histórico, submetido às injunções das lutas sociais e políticas entre as classes. Assim, a separação entre o “econômico” e o “político” teria sido, ela mesma, o resultado de um longo conflito travado *ao mesmo tempo* nas duas esferas e decidido na *segunda*:

No volume 1 d’*O capital*, Marx percorre um caminho que parte da forma-mercadoria, passando pela mais-valia e chegando ao “segredo da acumulação primitiva”, revelando, enfim, que o “momento inicial” da produção capitalista “[...] nada mais é do que o processo histórico de separação do produtor dos meios-de-produção”, um processo de luta de classes e de intervenção sanguinária do Estado em defesa da classe expropriadora. A estrutura mesma do argumento sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é um segredo *político*. (Wood, 1981, p.68; grifo no original)

1 Publicado originalmente na *New Left Review*, o artigo, mais tarde, seria incorporado à *Democracia contra capitalismo*.

O argumento de Wood, por sua vez, não é de todo inovador. Ao combater uma leitura interna à tradição marxista, por ela reputada como de inspiração burguesa (que também poderíamos chamar de teleológica ou determinista), e defender a adoção de uma leitura dos processos históricos que enfatize a importância da política e o caráter *aberto* do devir histórico, Wood recupera, em novas bases e num novo período histórico, uma questão que havia sido central aos embates políticos travados no interior da Segunda Internacional. Em especial, sua leitura ecoa (ainda que com inúmeras diferenças) os esforços de Lenin para romper o imobilismo que começava a se instalar no interior das organizações operárias de então e que encontrava ancoragem ideológica precisamente na convicção de que a “marcha inexorável da história” conduziria os povos ao socialismo. Lenin, ainda que fazendo sempre profissão de fé nessa mesma convicção, dedicou-se, de fato, a combatê-la: a questão da revolução, sabemos desde *Que fazer?*, não será decidida a não ser na esfera da luta propriamente política. Não é outra, também, a preocupação de Antonio Gramsci, em suas *Notas sobre Maquiavel*. Esse tema será retomado mais adiante.

### **Separação do econômico e do político e democracia**

É também em *The Separation...* que Wood assenta as bases para uma reflexão acerca da política e da democracia contemporâneas, referenciada nas leituras de Marx sobre o tema da separação entre as esferas política e econômica, a partir, principalmente, de passagens de *O capital* e dos *Grundrisse*. O objetivo manifesto da autora é contribuir para uma retomada do caráter *político* da análise marxista da realidade num sentido muito específico: o de que tal análise tem por objetivo informar uma ação política concreta de transformação social.

O propósito do marxismo é fornecer uma fundamentação teórica à interpretação do mundo, com o objetivo de transformá-lo. Este não é um slogan vazio. Ele tem – ou deveria ter – um significado muito preciso. Ele significa que o marxismo busca um tipo particular de conhecimento, que é capaz, de forma única, de iluminar os princípios do movimento histórico e, ao menos implicitamente, os pontos em que a ação política pode intervir de forma mais eficaz. Isso não é o mesmo que dizer que o objetivo da teoria marxista é descobrir um programa ou técnicas de ação política “científicas”. Na verdade, o objetivo é fornecer um modo de análise especialmente bem equipado para explorar o terreno no qual a ação política deverá ter lugar. Pode-se argumentar, no entanto, que o marxismo frequentemente, desde Marx, perdeu de vista esse projeto teórico e seu caráter quintessencialmente político. Isso é particularmente verdade na medida em que os marxistas têm, de diversas formas, perpetuado a rígida separação conceitual entre o “econômico” e o “político” que tão bem tem servido à ideologia burguesa desde que os economistas clássicos descobriram a “economia” em abstrato e começaram a esvaziar o capitalismo de seu conteúdo social e político. (Wood, 1981, p.66)

Em termos gerais, o argumento proposto pela autora, nesse trabalho, é o que se segue: a separação das esferas *política* e *econômica* configuraria, ao mesmo tempo, uma realidade e uma dissimulação. Uma realidade, uma vez que ela se materializa nas instituições concretas do capitalismo liberal: a esfera econômica encontra-se essencialmente apartada da esfera política, no que diz respeito à instituição mais importante dessa última – o Estado. Uma dissimulação, porque ela camufla a origem política das instituições liberais, que somente teriam ganhado vida com a tomada do poder de Estado por parte da burguesia e pela ampla aplicação do poder coercitivo do Estado sobre a sociedade, bem como o fato de que a força repressiva do Estado atua de forma permanente como a guardiã última da ordem burguesa.

Essa separação, em seu duplo aspecto real e ilusório, configuraria um mecanismo de defesa essencial à manutenção da ordem social capitalista, na medida em que impede que se perceba o conteúdo especificamente político da dominação burguesa. A ideia de *liberdade*, estabelecida ao nível jurídico, sem qualquer correspondência com a estrutura social e econômica, dificulta a compreensão de que, despojados dos meios necessários à sua sobrevivência, homens e mulheres não possuem, no que diz respeito à *necessidade* de reprodução de sua própria existência, *liberdade* alguma. Estão forçados a buscar, no mercado, quem compre a única mercadoria de que dispõem: sua força de trabalho. Na passagem imediatamente anterior a sua já mencionada referência ao capítulo sobre a *acumulação primitiva*, ela nos diz:

O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx – o segredo que a economia política sistematicamente ocultou, tornando-a por fim incapaz de dar conta da acumulação capitalista – diz respeito à relação social e à disposição de poder que se estabelecem entre o trabalhador e o capitalista para quem ele vende sua força-de-trabalho. Esse segredo possui um corolário: a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador, como indivíduos, tem como condição a configuração política da sociedade como um todo – o balanço de forças das classes e o poder do Estado que permitem a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta por parte do capitalista e o controle deste sobre a produção e a acumulação. (Wood, 1981, p.68)

A separação entre as duas esferas (tanto em seu caráter ilusório quanto no efetivo) resulta da separação dos produtores diretos dos meios de produção, que torna desnecessária a coerção, extraeconômica e concentrada, nas mãos dos proprietários dos meios de produção; os instrumentos necessários ao controle sobre o trabalho dispensa o Estado (ou a esfera do *político*) da necessidade de uma intervenção constante no processo de trabalho com o objetivo de forçar os trabalhadores à produção de excedente. De fato, o processo produtivo capitalista configura, por si só, uma dominação tirânica dos proprietários sobre os produtores diretos, sem a necessidade de permanente coerção política.

*A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de...* • 115

A separação entre as esferas da política e da economia permitiu, por exemplo, que a ideologia dominante na sociedade capitalista tenha sido capaz de produzir uma teoria da democracia que, pela primeira vez na história, distingue o tema do poder político popular do tema da distribuição da riqueza e da propriedade. Desde o período subsequente às primeiras tiranias gregas, a questão da democracia emergiu como indissociavelmente vinculada a temas sociais e econômicos, como questões da propriedade e do usufruto da terra e da condição jurídica dos mais pobres (no caso ateniense, por exemplo, estiveram em jogo, no processo de formação da democracia, entre outros, os temas das cobranças de tributos sobre o uso da terra e da escravidão por dívida).<sup>2</sup>

O tema da democracia é desenvolvido por Wood com base em uma reflexão acerca das diferenças entre as democracias “antiga” e “moderna” que é devedora das análises acerca desse tema empreendidas por um autor não marxista, Moses Finley, e que denunciam o caráter classista das restrições à participação popular típicas das democracias modernas. Para demonstrá-lo, Finley afirma, com base no Aristóteles de *A política*, o caráter também classista, embora no sentido inverso, das democracias antigas: democracia, na Atenas clássica, é o governo *dos pobres*, em favor dos interesses *dos pobres*. O argumento de Finley é o de que seria equivocado entender a sociedade ateniense como fundamentalmente dividida entre senhores e escravos. Havia uma parcela significativa de trabalhadores urbanos e rurais livres, responsáveis por parcelas substantivas da produção (se não, mesmo, a maior parte dela). Esses teriam sido, segundo esse argumento, os principais personagens da democracia ateniense. E é contra esses que se levantam as vozes de Sócrates, Platão e Aristóteles (Finley, 1988, 1997). Wood aprofunda a análise e o argumento de Finley (Wood, 2003, 2008) ao afirmar que o pensamento político dominante na Atenas clássica – radicalmente antidemocrático – correspondia fielmente aos interesses da camada dos grandes proprietários rurais (que eram também os grandes senhores de escravos) que perdiam poder político em favor dos segmentos de homens livres e pobres (Wood, 2003, p.157-175).

Remonta também a Finley a origem do argumento que transplanta para o presente as reflexões acerca do significado da democracia. De acordo com essa perspectiva, restringir o acesso das camadas populares ao poder político efetivo é esvaziar a democracia de seu conteúdo efetivamente *democrático* (Finley, 1988). Esse esvaziamento permitiria que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, *todos* se considerassem igualmente democratas, ainda que com pouquíssimo acordo acerca do que constitui a democracia. O próprio título da coletânea de artigos em que o autor desenvolve o argumento sugere uma crítica à teoria política liberal: *Democracia antiga e moderna* parafraseia o clássico panfleto liberal-oligárquico

2 Sobre as origens da democracia grega, ver, entre outros, Finley (1988; 1997), Anderson (1989) e Cartledge (2009).

de Benjamin Constant. Segundo Finley, a condição da adesão das elites sociais e econômicas contemporâneas ao regime democrático é, precisamente, o esvaziamento do conceito de democracia do conteúdo de participação popular nos processos decisórios que historicamente caracterizou esse regime e que foi o alvo dos críticos *elitistas* da democracia desde Sócrates e Platão. Finley refere-se aos defensores acadêmicos de uma democracia sem participação popular (dentre os quais ele destaca o cientista político Seymour Martin Lipset) como adeptos de uma “teoria elitista da democracia”.

Na Antiguidade, os intelectuais, em esmagadora maioria, desaprovavam o governo popular e apresentaram um grande número de explicações para sua atitude, e uma variedade de propostas alternativas. Hoje seus congêneres, em especial os do Ocidente, mas não apenas estes, concordam, provavelmente na mesma esmagadora proporção, que a democracia é a melhor forma de governo, a mais conhecida e a melhor que se possa imaginar. Contudo, muitos também concordam que os princípios que tradicionalmente a justificaram, na prática, não estão funcionando. Ademais, não se pode permitir que funcionem, caso se queira que a democracia sobreviva. Ironicamente, a teoria elitista está sendo reforçada, com especial intensidade na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos – empiricamente as duas democracias mais bem-sucedidas dos tempos modernos. (Finley, 1988, p.22)

Podemos estabelecer um nexo entre a visão de Finley acerca do esvaziamento da participação popular nas democracias modernas e as afirmações de Ellen Wood a respeito da transferência dos poderes de decisão acerca dos temas econômicos da esfera pública para a privada como uma característica essencial da sociedade capitalista. A cidadania antiga contrastaria, segundo a autora, com a cidadania moderna justamente por seu conteúdo de classe. Assim, o liberalismo moderno e a concepção de cidadania que o acompanham estariam enraizados não na cidadania antiga, de caráter “popular”, que opunha os camponeses ao jugo dos grandes proprietários, mas na oposição dos lordes terratenentes da Europa medieval ao processo de concentração do poder político nas mãos dos monarcas, típico do período final da Idade Média e da Idade Moderna como um todo. O liberalismo, portanto, seria uma doutrina de raízes históricas aristocráticas e, conseqüentemente, oligárquicas. Sua conformação mais acabada, no período final da transição do feudalismo para o capitalismo e sua constituição, a partir da fusão entre a defesa da limitação do papel do Estado e o individualismo anglo-saxão, em ideologia burguesa por excelência, criaram as condições para sua conversão em elemento legitimador do processo de separação entre as esferas *econômica* e *política* em favor da tirania privada dos proprietários (Wood, 2008).

Nas palavras de Wood, mais uma vez em *The Separation of the Economic and the Political in Capitalism*:

*A separação entre o econômico e o político e a questão da democracia no pensamento de... • 117*

A diferenciação da esfera econômica no capitalismo, portanto, pode ser resumida da seguinte forma: as funções sociais de produção e distribuição, extração e apropriação de excedente e alocação de trabalho social são, por assim dizer, privatizadas e são atingidas por meios “não autoritários”, não políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e trabalho não ocorre, em seu conjunto, através de direção política, deliberação comum, dever hereditário, costume ou obrigação religiosa; mas sim através de mecanismos de troca de mercadorias. Os poderes de apropriação de excedente e de exploração não se baseiam em relações jurídicas ou dependência política mas em relações contratuais entre produtores “livres” – juridicamente livres e livres dos meios-de-produção – e um apropriador livre que tem a propriedade privada absoluta dos meios-de-produção. (Wood, 1981, p.81)

Transferidas as funções relacionadas à extração do excedente para o âmbito privado, torna-se possível que, ao nível do Estado, construa-se um arcabouço jurídico assentado na ideia da absoluta igualdade, ao mesmo tempo em que esse mesmo Estado se reveste da condição de guardião da ordem iníqua estabelecida no plano econômico. Não é casual que, ao longo do século XX, os esforços da esquerda de massas dos países ocidentais tenham se concentrado progressivamente em pressões por reformas do Estado que ampliassem a capacidade de interferência do poder público na esfera das relações econômicas privadas. Tampouco é mera coincidência que parte da reação burguesa a essa pressão tenha se dado, do ponto de vista teórico-ideológico, através de uma reafirmação agressiva da separação absoluta entre as esferas da economia e da política como pré-condição ao pleno exercício da liberdade individual.<sup>3</sup>

A contestação dessa separação demanda que se traga à luz a importância do aspecto especificamente político das relações de dominação presentes na sociedade capitalista. A expulsão dos camponeses ingleses das terras que cultivavam, como vimos, constitui um dos momentos decisivos da conformação da ordem burguesa, na medida em que significava, ao mesmo tempo, a afirmação de um novo tipo de relação de propriedade, em que vinham abaixo os condicionamentos típicos da ordem feudal, e a constituição de um amplo contingente de proletários, forçados pela necessidade a vender sua força de trabalho. O reinado absoluto da mercadoria dependia da afirmação do caráter abstrato e impessoal da relação entre os *individuos*. E a expulsão dos camponeses da terra, realizada com a ativa contribuição do Estado, bem como a criminalização da “vadiagem” (destinada a forçar a composição de um proletariado estável e disciplinado) são momentos-chave dessa transformação. Compreender o aspecto político desse processo implica, para usar as palavras do próprio Marx, deixar “de lado as forças propulsoras puramente econômicas da revolução agrícola” (que são, obviamente, determinantes) e se

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Hayek (1946) e Nozick (1991).

ocupar da compreensão dos “meios coercitivos utilizados para promovê-la” que são, de todo modo, indispensáveis (Marx, 1988, p.837).

A expropriação dos produtores diretos de seus meios-de-produção constituiu, ela mesma, um passo fundamental para a separação das esferas política e econômica, na medida em que tornou desnecessária a coerção extraeconômica, expediente indispensável à extração de excedente em sociedades baseadas em formas compulsórias de trabalho. Esse processo de expropriação, que ocorreu no âmbito das relações de propriedade, foi acompanhado por longas e violentas intervenções do poder estatal (vacilantes até 1688 e brutalmente aceleradas após a Revolução Gloriosa), destinadas a destruir a ordem social e jurídica anterior, que garantia aos camponeses o usufruto da terra. A expropriação generalizada dos produtores diretos forçava-os a buscar o sustento no *mercado*, através da venda de sua força de trabalho, contribuindo decisivamente para a construção da ordem social e jurídica burguesa e para a ideologia que a justifica, assentadas nas ideias de *liberdade*, de *indivíduo* e de *contrato*. Indivíduos *livres* estabelecem entre si, *por sua própria vontade*, determinados *contratos* de compra e venda de mercadorias (aí incluída a força de trabalho). O que permanece oculto, nessa concepção, é o papel da coerção política que foi historicamente necessária para gestar esse conjunto de relações sociais e jurídicas e que segue sendo indispensável para o funcionamento de uma sociedade assentada no *mercado*, ente abstrato cuja existência a ideologia dominante afirma ser resultado da *ordem natural* das coisas.

Analisando as origens do capitalismo na Inglaterra, Marx desconstrói a ideia de que as instituições da sociedade burguesa são o resultado da evolução histórica ou a afirmação da *ordem natural*. Ao identificar, no processo de *acumulação primitiva*, o papel central desempenhado pelo Estado na construção de uma ordem social e jurídica fundada na elevação da mercadoria ao elemento em torno do qual se definem as relações entre os homens, Marx evidenciava o caráter *histórico* do capitalismo e a importância da luta política para a afirmação da dominação burguesa. É essa a reflexão que Ellen Wood busca revigorar em suas análises da sociedade capitalista e das forças políticas e sociais que, em seu interior, encontram-se em luta. E é precisamente a tirania vigente na esfera *econômica* que neutraliza, em grande parte, a democracia e mesmo a extensão da cidadania na esfera *política*.

No que diz respeito ao tema da democracia, a evolução histórica das instituições e da teoria liberais parece corroborar o argumento da autora. A afirmação do caráter oligárquico das instituições políticas contemporâneas configurou-se precisamente na criação e na busca da preservação da separação entre as duas esferas. Tratou-se, do ponto de vista das elites burguesas, desde os embates travados pela hegemonia da Revolução Francesa, de impedir que o “político” alcançasse o “econômico”. Os confrontos dos jacobinos com os segmentos mais moderados do movimento revolucionário foram marcados, por um lado, pelo alcance da *política* (ou seja, do *Estado*) na sua relação com a propriedade (as questões do salário mínimo e do preço do trigo são exemplares, nesse sentido) e, por outro,

pelo alcance da *cidadania* na sua relação com o Estado (aqui, o tema do sufrágio universal é o exemplo evidente).

Tratava-se, do ponto de vista de Robespierre, de reforçar, ao mesmo tempo, o Estado e a cidadania e de reduzir a autonomia da esfera privada diante da política. E, do ponto de vista dos revolucionários “moderados” e de seus herdeiros liberais, era o caso de deter tanto o avanço da cidadania sobre a política quanto o avanço da política sobre a economia.

A luta dos liberais parece ter assumido duas configurações distintas, ambas operando com base nas mesmas preocupações, mas com diferentes ênfases. De Locke (e da Revolução Gloriosa) a Benjamin Constant (e ao período que se segue à Revolução Francesa), a ênfase recaiu sobre a restrição dos direitos *de* cidadania. Tratava-se, então, de manter a cidadania restrita ao segmento dos proprietários, preservando aspectos importantes do *ethos* senhorial dos tempos medievais (*ethos* esse que, ao fim e ao cabo, estivera na origem das próprias instituições liberal-representativas, desde a *Magna Carta*). A partir de Tocqueville (e do processo de formação das modernas instituições liberal-democráticas, na segunda metade do século XIX), a ênfase oligárquica foi transferida para a restrição dos direitos *da* cidadania. Ou seja, tratava-se, agora, uma vez que a ampliação dos direitos *de* cidadania se configurava como inevitável, de reduzir o alcance dessa cidadania sobre os aspectos centrais do ordenamento social e econômico capitalista. Não é outro o alvo das preocupações de *A democracia na América*: preservar a *liberdade* contra os avanços da *igualdade*. Ou, posto de outro modo, preservar a separação entre as esferas econômica e política.

### ***Econômico e político encontram necessidade e liberdade:* as possíveis afinidades de Ellen Wood e Antonio Gramsci**

A leitura de Ellen Wood da crítica marxiana da dissociação entre economia e política na sociedade capitalista pode ser articulada à forma como os temas da *liberdade* e da *necessidade* (vale dizer, do *político* e do *econômico*) são mobilizados por Antonio Gramsci. A presente seção tem por objetivo sugerir a existência dessas afinidades, com base em uma análise de certos aspectos específicos da obra do marxista italiano. Nesse sentido, distanciamo-nos provisoriamente da obra da autora que é o tema desse trabalho, sem que isso, no entanto, signifique uma ruptura com aquela que é a questão de fundo aqui discutida: a centralidade da ação política como instrumento de transformação social. Mais adiante retornaremos a Ellen Wood, esperando ter demonstrado a possibilidade de ler sua reflexão em termos gramscianos.

Segundo Gramsci, para obter êxito na disputa por hegemonia, é indispensável que uma determinada classe consiga demonstrar sua capacidade de adquirir um caráter *nacional*, ou seja, que ela tome como seus e como objeto de atenção de seu *programa* os problemas relativos àquela totalidade social em seu conjunto. A classe operária, na luta por *hegemonia*, no âmbito da *sociedade civil* das moder-

nas formações históricas *ocidentais*, deveria ser capaz de dotar seu projeto de um caráter *universalizante*. O sujeito político no qual Gramsci identifica a possibilidade de conferir esse caráter *universal* ao projeto da classe operária é o partido. O ponto de partida, aqui, é o Lenin de *Que fazer?* (Lenin, 1977). O partido cumpre a função de conferir caráter *universal* a um projeto que, a princípio, está restrito à esfera dos *interesses* particulares. O léxico gramsciano descreve esta passagem do *particular* para o *universal* como passagem do momento *econômico-corporativo* (ou *egoístico-passional*) para o momento *ético-político*, resumida no conceito de *catarse*, que Gramsci descreve em caderno de caráter filosófico:

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional), isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior, que esmaga o homem, assimilando-o e tornando-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas [...]. (Gramsci, 1999-2002, v.1, p.314-315)

O partido, enquanto sujeito, age no campo da *liberdade* em oposição ao da *necessidade*, ou seja, no campo da *política*, em oposição ao da *economia*. Age, deveríamos dizer, *a partir* do campo da *liberdade/política*, para *transformar* o campo da *necessidade/economia*. Sempre, claro está, dentro das possibilidades *determinadas* pelo campo da *necessidade* (um aspecto que não deve, de forma alguma, ser negligenciado). A seguinte passagem carrega em si toda a tensão da concepção do partido em Gramsci (que é também a sua concepção das possibilidades da política):

O moderno *Príncipe* deve ter uma parte dedicada ao *jacobinismo* (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), como exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente atuou uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos, foi criação *ex-novo*, original. E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo. (Gramsci, 1999-2002, v.3, p.16-17; grifos no original)

A referência ao jacobinismo aproxima inequivocamente a concepção de Gramsci à de Lenin, frequentemente identificado como *jacobino* pelos críticos da sua leitura da relação de direção que deveria ser estabelecida entre o partido e a classe. Em Gramsci, o *partido-Príncipe* também é dirigente e também é o portador do projeto universal que só pode ser constituído fora da esfera da *necessidade*, que é a esfera da luta sindical. Ele cumpre um papel determinante na condução da luta

*contra-hegemônica* e age para dar uma nova *direção moral* à sociedade *em seu conjunto*. O partido é determinante, portanto, para a configuração de um projeto universal, destinado à “fundação de novas estruturas sociais”. Sem o partido, o que temos é um conjunto fragmentário de *vontades particulares*, presas à esfera *econômico-corporativa* e, portanto, incapazes de agir no sentido da construção de uma *contra-hegemonia*.

O projeto gramsciano parece implicar, portanto, na *superação* da separação entre as duas esferas com base na subordinação do *econômico ao político*. Trata-se, precisamente, da operação que Ellen Wood, como vimos, anuncia como necessária à superação da ordem social e política capitalista. O *núcleo* político da dominação burguesa, mantido oculto pela aparente/real separação entre as duas esferas, só pode ser contestado através de instrumentos e de uma ação propriamente políticos.

Nas palavras de Wood:

A diferenciação entre o “econômico” e o “político” não é, está claro, simplesmente um problema teórico, mas prático. Não há talvez maior obstáculo para a atividade socialista do que a separação entre a luta econômica e a política que caracterizou os movimentos operários modernos. Se esse obstáculo fosse, como muitos socialistas revolucionários sugeriram de forma desdenhosa, o produto de uma consciência mal orientada, “subdesenvolvida” ou “falsa” por parte da classe trabalhadora, ele seria mais fácil de superar. A tenacidade do “economicismo” da classe operária, no entanto, resulta precisamente de sua correspondência com as realidades do capitalismo e com a forma através da qual a apropriação e a exploração capitalistas efetivamente dividem as arenas da ação econômica e da política, e efetivamente transformam certas questões *políticas* essenciais – lutas por dominação e exploração que historicamente estiveram indissolivelmente vinculadas ao poder político – em questões distintivamente “econômicas”. Essa separação “estrutural” pode, de fato, ser o mais efetivo mecanismo de defesa à disposição do capital. (Wood, 1981, p.67)

O *economicismo*, encontrado amiúde no movimento operário (e duramente criticado por Lenin e Gramsci, entre outros) não corresponderia, na verdade, a um “desvio” ou a uma demonstração de “falsa consciência”, mas à expressão do aspecto real da separação entre as duas esferas, que termina por resultar numa efetiva fragmentação da ação operária. O diagnóstico que permite explicar a origem do economicismo já pode ser encontrado no Lênin de *Que fazer?* – malgrado a predominância de uma leitura reducionista a respeito dessa obra e as reservas expressas pela própria autora –; da mesma forma, como mencionado, está presente no Gramsci do *partido-Príncipe*.

O caminho da superação burguesa passa, hoje como ontem, pelo seu enfrentamento *de conjunto* na esfera *política*. Em nosso tempo, no entanto, a esquerda encontra-se ainda mais radicalmente fragmentada, em torno de bandeiras que a cada dia se tornam mais específicas e o pensamento liberal se constitui, através

de suas variantes *pós-modernas*, no discurso político-ideológico predominante dentro dos próprios segmentos populares.

## Conclusão

Nas democracias “antigas”, o “político” interferia diretamente no “econômico”. Nas democracias modernas, o “econômico” está protegido do “político”. A construção das instituições do Estado de bem-estar implicou num avanço, de fato, da política, submetida a uma crescente pressão popular, sobre a economia, independentemente de outras considerações que se possam fazer a respeito dessas instituições. Nas últimas décadas do século passado, a avassaladora reação burguesa a esse avanço se deu, seja do ponto de vista teórico-ideológico, seja no que concerne às ações efetivas, através de uma reafirmação agressiva da separação absoluta entre as esferas da economia e da política como pré-condição ao pleno exercício da liberdade individual.

Ellen Wood torna evidente que uma teoria democrática crítica das instituições liberais deve ter como ponto de partida o tema aparentemente paradoxal da centralidade da política no processo de construção do poder do *demos*. No longo prazo, trata-se (e aqui há uma grande convergência entre as ideias da autora e as de Antonio Gramsci), independentemente das necessárias considerações de ordem estratégica, de submeter o ordenamento econômico ao poder político. E, não menos importante, de submeter esse último à vontade popular.

## Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARTLEDGE, P. *Ancient Greek Political Thought in Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- FINLEY, M. I. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- . *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. In: COUTINHO, C. N.; Nogueira, M. A.; Henriques, L. S. (eds.). 6v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Globo, 1946.
- LENIN, V. I. *Qué Hacer?* In: STRADA, Vittorio (org.). *Qué Hacer? Teoría y práctica del bolchevismo*. México: Ediciones Era, 1977.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 2v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- ; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ; ———. *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Obras escolhidas*. v.1. Lisboa/Moscú: Avante/Progresso, 1982.
- NOZICK, R. *Anarquia, Estado e utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- STRADA, V. (org.). *Qué hacer? Teoría y práctica del bolchevismo*. México: Ediciones Era, 1977.
- WOOD, E. M. *As origens do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- WOOD, E. M. *Citizens to Lords: a Social History of Western Political Thought from Antiquity to the Middle Ages*. Londres: Verso, 2008.
- . *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- . The Separation of the Economic and the Political in Capitalism. *New Left Review*, v.I, n.127, May-June 1981.
- ; FOSTER, J. B. (orgs.). *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ; WOOD, N. *A Trumpet of Sedition: Political Theory and the Rise of Capitalism (1509-1688)*. New York: New York University Press, 1997.